



## TERMO DE REVOGAÇÃO

A(O) Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 49, caput, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolve **REVOGAR** a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.08.15.001**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO PARA PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.**

### JUSTIFICATIVAS:

Compulsando os autos, destacam-se fatos supervenientes que se contrapõem ao prosseguimento do feito, mesmo não havendo elementos que possam aferir ilegalidade na condução do certame, resta evidente a necessidade de saneamento de atos que afetam a segurança da contratação e conseqüentemente, o interesse público. Dos quais elencamos:

1. Há necessidade de melhor definição e adequação do objeto a ser adquirido, com clareza das especificações, por haver divergências entre o objeto e as descrições dos serviços a serem prestados.

Sob esta evidência, a licitação não atingirá a finalidade de assegurar a celeridade do serviço para Administração Pública, não dando concretização ao princípio da eficiência, entendendo-se cabível a revogação do procedimento, permitida pelo art. 49 da Lei nº 8.666/93. Cumpre-nos acrescentar que nenhuma contratação decorrente deste certame foi firmada, portanto, a presente revogação não representará nenhum prejuízo a quem quer que seja e prevalecerão ilesos os princípios da economicidade e do interesse público.

Conforme o apontamento acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência e oportunidade do órgão licitante em relação ao interesse público, é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, in verbis:

“A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (1 ...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior”.

Entende-se ser desnecessário oportunizar o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório aos licitantes, na forma do §3º do Art. 49º da Lei nº 8.666/93, consoante com o entendimento jurisprudencial, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final, veja-se:

“Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93. (...) Só há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerar direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação



onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame". (TJSP, Apelação Cível nº 175.932-5/4-00, Rel. Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004).

Por fim, com fulcro no Art. 49 da Lei 8.666/93, c/c Art. 109, I, "C" da Lei 8.666/93, decido pela revogação da presente licitação.

Assim, no termo da legislação vigente, fica o presente processo **REVOGADO**.

Publique-se.

Boa Viagem/CE, 29 de Agosto de 2023.

  
**Cícera Flávia Bezerra Lopes**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Administração e Planejamento**

  
**Cicero Soares Nascimento**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Esporte e Juventude**

  
**José Carlito de Lima Junior**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Gabinete do Prefeito**

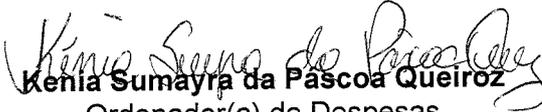
  
**Gleyriason Vieira Mendes**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos**

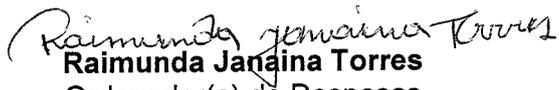
  
**Francisca Antônia da Silva Sampaio**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Educação**

  
**Maria da Conceição Alves Melo**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer**

  
**Maria Nilza Sampaio do Vale**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Trabalho e Assistência Social**

  
**Jardel Linisterfeson de Sousa Fernandes**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Políticas Públicas**

  
**Kenia Sumayra da Pascoa Queiroz**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Saúde**

  
**Raimunda Janaina Torres**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Serviço Autônomo de Água e Esgoto**

  
**Maria Patricia Pereira Martins**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Secretaria de Agricultura**

  
**Adelson Alexandre da Silva**  
Ordenador(a) de Despesas  
**Instituto de Previdência do Município**